



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores Normando Baldissarelli
Ronda Alta - RS

AUTÓGRAFO Nº. 009, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

Ref. ao Projeto de Lei do Executivo nº. 009-2021.

O vereador Silvanio Roque Lucca, presidente da Câmara Municipal de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que este Poder Legislativo aprovou o seguinte

PROJETO DE LEI

Autoriza o município a realizar convênios com instituições financeiras e subsidiar juros de financiamentos no contexto das medidas para o enfrentamento econômico da pandemia do novo Coronavírus (Covid - 19), abre crédito especial e aponta recursos.

Art. 1º Fica o município autorizado a subsidiar percentuais de juros referentes a linhas de créditos concedidas a empreendedores do município de Ronda Alta - RS, no contexto das medidas para o enfrentamento econômico da pandemia do novo coronavírus (Covid -19).

Art. 2º Os subsídios aos percentuais de juros a serem pagos pelo município serão de 50% (cinquenta por cento) dos valores calculados como juros de empréstimos contratados com as instituições financeiras conveniadas.

Art. 3º Fica o município autorizado a celebrar convênios com instituições financeiras com o fim de fomentar créditos para empreendedores, nas condições especificadas nesta Lei e nos termos dos convênios.

Art. 4º Esta norma tem por finalidade garantir acesso ao crédito para Micro-empendedor Individual (MEI) e Microempresas (ME); assim classificadas nos termos da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; constituídas até 31 de dezembro de 2020, com registro e alvará de funcionamento ativo no município.

Parágrafo único. As adesões aos subsídios autorizados ficam condicionadas ao período de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente Lei, limitados ao volume máximo dos recursos conveniados.

Art. 5º O município efetuará o pagamento dos percentuais das despesas de juros dos empréstimos concedidos por instituições financeiras, conforme levantamento dos beneficiários definidos no artigo 4º, desde que cumpridas as condições especificadas nesta Lei e nos convênios.



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores Normando Baldissarelli
Ronda Alta - RS

§ 1º As despesas relativas aos tributos, às taxas de abertura de crédito e às tarifas bancárias serão cobradas pelo agente financeiro do tomador final.

§ 2º O município não subsidiará juros moratórios relativos ao não pagamento de parcelas do principal.

§ 3º As operações de créditos deverão seguir as regras impostas pelas instituições financeiras, estando incluídos os prazos das operações, taxas pré-fixadas, nos limites previstos nesta Lei, valor máximo por CNPJ de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o Microempreendedor Individual - MEI e de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para Microempresas - ME, sujeitos à análise de crédito por parte das instituições financeiras conveniadas.

§ 4º Fica estabelecido o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) como contrapartida do município para atender o presente programa.

§ 5º As taxas máximas de juros admitidas deverão ser de até 1,30% (um vírgula trinta por cento) para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas; 1,20% (um vírgula vinte por cento) para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas e 1,10% (um vírgula dez por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas.

§ 6º Nos limites dos percentuais estabelecidos no § 5º qualquer instituição financeira poderá conveniar com o município.

Art. 6º Para atender as despesas decorrentes da execução desta Lei fica autorizada a abertura do seguinte crédito especial:

Dotação: 0501 04 123 0023 2010 336045 00 00 00 00 001 - R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 7º O crédito autorizado através do artigo anterior será custeado pelo superávit financeiro do exercício anterior no recurso 001.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, aos 22 de abril de 2021.

Silvanio Roque Lucca

Presidente